



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 57ª
(QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 24 DE JUNHO DE 2009.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Cumprimento as pessoas do Sindicato do Tribunal de Contas que estão visitando esta Casa.

Nós recebemos a mensagem ontem e ela já foi lida e, hoje, se houver acordo, não haverá dificuldade em colocá-la para apreciação.

Solicito que liguem o som da galeria.

Convido o Deputado Bispo Renato para secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 118-Suplemento, de 03/07/2009, juntamente com a ata sucinta da 57ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Leitura da atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

DEPUTADO BISPO RENATO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observações a seguinte ata:

- Ata da 54ª Sessão Ordinária.

Solicito aos Srs. Deputados que se dirijam ao plenário para iniciarmos nossos trabalhos.

Esta Presidência informa às senhoras e aos senhores que o item nº 22 da Ordem do Dia de hoje, 24 de junho de 2009, será discutido e votado em segundo turno, e não em primeiro turno, como consta na pauta. Portanto, fica registrada a correção. Neste sentido, solicito a retificação.

Eu solicito à assessoria que inclua na pauta da Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei nº 1.287, de 2009, como item extrapauta para a discussão em segundo turno uma vez que ele já foi apreciado na sessão ordinária de ontem, em primeiro turno.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda a chamada nominal dos Deputados para a verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria apenas saber se os Comunicados de Líderes ou os Comunicados de Parlamentares serão após a suspensão da sessão.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Vamos encerrar os Comunicados de Líderes, correto, Deputada Erika Kokay, e deixar em aberto os Comunicados de Parlamentares.

O Deputado Geraldo Naves já chegou; temos *quorum*, portanto.

Antes, porém, sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 118-Suplemento, de 03/07/2009, juntamente com a ata sucinta da 57ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Dá-se início ao
PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, eu tinha tanta coisa a dizer, mas... Às vezes, algumas coisas me deixam indignado. Eu queria que este plenário hoje estivesse lotado de Deputados, que todos os Deputados estivessem aqui presentes, para que pudéssemos questionar algumas coisas.

Eu fiquei em silêncio, porque tenho alguns pensamentos.

Eu vi aqui a manifestação isolada, ontem, do Deputado Wilson Lima, a favor dos jornalistas na questão da dispensa dos diplomas. Em minha opinião, acontece o mesmo com o médico que não precisa de diploma, o dentista que também não. Acabe com o diploma de uma vez no Brasil, diga que não precisa mais de diploma para que as pessoas possam exercer as suas atividades!

O jornalista passa 4 anos estudando em uma faculdade. As faculdades estão cheias de professores que ensinam técnicas, que zelam pela ética do profissionalismo e, de repente, nós nos deparamos com uma medida como essa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

O que me deixou surpreso e me deixou intrigado foi que, de repente, Deputado Reguffe, jornalista Paola Lima, o Alexandre Garcia, da *TV Globo*, fez um comentário e mostrou a reportagem sobre o fim da exigência do diploma de jornalista – sei lá se ele é jornalista ou não, o mais importante é o comentário que não foi feito. O que importa é o comentário que é feito no fim da matéria, e qual foi o comentário? Nenhum, zero!

Eu gostaria de dizer – e aqui eu estou falando, Sr. Alexandre – que é para o Senhor reportar que a Emenda nº 185, dos chacareiros do Guará, foi de minha autoria. Eu tenho orgulho de defender os chacareiros. Da mesma forma que os demais Deputados também, pois vieram aqui para defendê-los. Hoje, eu vejo a matéria nos jornais dizendo que os chacareiros – com relação ao projeto que foi aprovado ontem – são responsáveis por não ter ocorrido invasão naquele local. Pois bem, os outros também o são. Os outros também o são! Não se pode ter um peso e 2 medidas.

Portanto, o comentário, eu dispenso. Mas, seria bom ter coragem, Sr. Alexandre Garcia, em dizer que fui eu o autor da emenda. Diga: “foi o Geraldo Naves o autor da emenda do projeto relativo ao Guará”. Fui eu! Porque eu acompanho, eu ando.

Eu não tenho medo das coisas que eu faço aqui ou fora daqui. Eu não estou aqui para aparecer. Se eu tiver que voltar para cá como Deputado eu voltarei. Se não, eu continuarei a minha vida. No dia 6 do próximo mês estarei estreando o meu programa na Rádio JK, às 6 horas da manhã. Irei mostrar e falar o que eu sempre falei.

Eu estive fora por mais de 2 anos, por problema de saúde, estive me recuperando, pois fiz uma cirurgia em que quase morri. Enfrentei a fila no HRAN, vi o desespero do povo. Fui o centésimo da fila, mas respeitei a fila. Não usei de artifício algum para furá-la. Isso é respeitar o ser humano.

Jornalista merece respeito. Portanto, eu não estou preocupado se será necessária a apresentação de diploma para ser jornalista. O importante é que os jornalistas sérios mantenham a ética. Não digo isso para aqueles jornalistas irresponsáveis, para aquelas pessoas que fazem comentários direcionados, não! Jornalista, quando é sério, pode ser mandado embora que continua praticando e exercendo. Por isso, eu citei o nome da Paola, uma jovem jornalista. Eu cito também a Áurea, a Ana Paula, os jornalistas de uma maneira geral, todos que estão aqui. Eu cito como exemplo a Paola porque ela foi demitida do jornal numa tentativa de calá-la. Ela montou o blog dela e continua falando. O futuro do mundo da informação está na Internet. A Internet não exige diploma. A Paola não precisa estampar o diploma dela, mas seria bom que ela estampasse o diploma no blog dela, porque mostraria o seguinte: “Eu sou verdadeiramente jornalista, com muito respeito”.

DEPUTADO WILSON LIMA – Permite-me V. Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

DEPUTADO GERALDO NAVES – Ouço a aparte de V. Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado, V. Exa. foi muito feliz nos seus comentários e ajudou a repercutir a questão de ordem que eu levantei aqui ontem, já que não houve Comunicados de Líderes nem Comunicados de Parlamentares. Embora eu tenha o maior respeito pela Corte Maior do nosso país, o Supremo Tribunal Federal, achei uma aberração e uma falta de respeito com o povo brasileiro fazer aquela alusão ao jornalista e deixar que pessoas sem formação ocupem cargo de jornalista.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – V. Exa. foi muito feliz em seus comentários. Agora, eu quero fazer uma cobrança aqui. Vai haver os Comunicados de Parlamentares hoje? Então, deixarei para fazer...

Para resumir, eu fui testemunha de um acordo com o presidente do meu partido, o Vice-Governador, Paulo Octávio, que disse que ia encaminhar um projeto a esta Casa, e até hoje o projeto não veio. Eu estou vendo esse pessoal aqui direto e quero cobrar, como Parlamentar e como pessoa, pois o acordo foi firmado na minha presença. Estavam lá também o Deputado Raad Massouh e o Deputado Batista das Cooperativas. Inclusive, V. Exa., Deputado Batista das Cooperativas, estava sentado na mesma mesa que eu. Vamos cobrar juntos hoje. Peço aqui a todos os Deputados que não deixemos que o pessoal da Fazenda fique sem guarita. Eles vêm aqui, e ninguém os atende. Eu, o Deputado Batista das Cooperativas e o Deputado Wilson Lima somos testemunhas disso. V. Exa., Deputado Wilson Lima, estava no almoço na casa do Deputado Raad Massouh quando o Vice-Governador Paulo Octávio prometeu que ia encaminhar o projeto para cá e tudo o mais?

DEPUTADO WILSON LIMA – Eu estava.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Até hoje o projeto não veio. Então, vamos cobrar juntos. S.Exa. disse que ia trazer pessoalmente. Se alguém da equipe do Vice-Governador estiver aqui, poderia explicar e ligar antes dos nossos Comunicados de Parlamentares.

Para encerrar, os meus respeitos a todos os jornalistas e radialistas sérios do país.

DEPUTADO WILSON LIMA – Faço coro com V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Lembro sempre que a categoria dos radialistas e a categoria dos jornalistas estão interligadas. Então, o meu respeito a todos eles.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, venho a esta tribuna na tarde de hoje para fazer uma coisa que não é muito frequente nesse meu mandato e que fiz algumas vezes por uma questão de consciência da minha responsabilidade. Farei, nesta tarde de hoje, um elogio e um reconhecimento ao Governo.

Foi sancionado hoje – está na capa do Diário Oficial do Distrito Federal – o meu projeto que incentiva as pessoas a reduzirem o consumo de água nas suas residências aqui no Distrito Federal. O Distrito Federal é a unidade da federação onde se gasta mais água *per capita*. A Organização das Nações Unidas recomenda um gasto de até 110 litros de água *per capita* por dia. O Distrito Federal gasta 270 litros *per capita*. É o maior gasto de água *per capita* por dia neste país.

O meu projeto é muito simples. Ele concede ao consumidor que conseguir reduzir o seu consumo de água, tomando como base o mesmo mês do ano anterior, um bônus-desconto no valor de 20% da economia realizada. Vou dar um exemplo: se um consumidor, no mês de agosto deste ano, conseguir reduzir o consumo de água da sua casa em 10%, tomando como base agosto de 2008, ele já pagaria 10% a menos, porque consumiu menos; além disso, ele teria direito a um bônus no valor de 20% sobre a economia realizada. Como 20% de 10% são 2%, ele pagaria 12% a menos em sua conta de água.

É o chamado “apagão do bem”. Durante o apagão da energia elétrica, as pessoas que não reduziam o consumo eram penalizadas e obrigadas a pagar uma taxa extra. Agora, com esse meu projeto, aquela pessoa que conseguir reduzir o consumo de água ganhará um benefício.

A CAESB é uma empresa pública. Empresa pública precisa ter lucro, claro. Não há nenhum problema em ter lucro, até para que ela possa fazer investimentos, mas não é preciso ter um lucro excessivo, pois ela é uma empresa pública, uma empresa de todos. Não precisa ter um lucro excessivo. Então, vai reduzir um pouquinho o seu lucro, mas vai cumprir um papel ambiental, o de incentivar as pessoas a reduzirem o consumo de água em suas casas.

A água é um recurso natural limitado e de indiscutível importância. Se eu perguntar aos senhores e às senhoras quanto vocês gastam de água em suas residências, ninguém sabe. A pessoa até sabe quanto gasta em dinheiro, quanto custou a conta em dinheiro, mas não sabe quanto gastou de água em litros, em metros cúbicos. Claro, o dinheiro é muito mais importante do que a água, ou seja, as pessoas valoram muito mais o dinheiro do que a água que vão deixar para as futuras gerações, para os nossos filhos, para os nossos netos e bisnetos.

Eu penso que Brasília, com esse projeto, dará um exemplo para o Brasil. Assim como, em meados da década de 90, com a faixa de pedestre, Brasília deu um grande exemplo para este país, agora, se todos começarem a economizar água em suas casas, Brasília poderá dar outro exemplo para o Brasil.





Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Já imaginou se conseguirmos reduzir em 20% o consumo de água por meio de um projeto desses? Pipocarão projetos iguais a esse Brasil afora. E nós seremos responsáveis e cumpridores da nossa responsabilidade com toda a seriedade, que é importante para aqueles que representam a população.

Sr. Presidente, quero parabenizar esta Casa pela aprovação deste projeto. Quero também parabenizar e agradecer ao Governo pela sanção. Quero dizer que a responsabilidade agora é da população, porque é muito fácil a população cobrar medidas dos seus agentes públicos. A população também tem de fazer a sua parte. Agora a população tem um incentivo claro, inclusive no seu bolso, para reduzir o consumo de água.

Eu penso que, em Brasília, nós poderemos construir uma página muito bonita do que é uma contribuição do Poder Público e, com a ajuda da sociedade - pois, sem a ajuda da sociedade, não teremos resultados práticos disso -, poderemos efetivamente reduzir o consumo de água no Distrito Federal.

Esta Casa deu uma grande contribuição ao aprovar o meu projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ontem ocorreu a oitiva do Secretário de Saúde, que pouco nos conseguiu explicar. Talvez porque muitos dos motivos que o levaram a adotar tantas posturas ilegais, irregulares e antiéticas não possam ser ditos. Nada consegue explicar o porquê de se contratar uma empresa sem licitação, uma empresa envolvida em escândalos de superfaturamento já apurados pela Controladoria-Geral da União - CGU, uma empresa que a Secretaria de Planejamento não pôde classificar como organização social. Não obstante essa classificação, a empresa recebeu essa denominação por exclusiva responsabilidade da Secretaria de Saúde. A Secretaria de Planejamento encaminhou parecer dizendo que a entidade não poderia se enquadrar como organização social e, no dia seguinte, a Secretaria de Saúde a enquadrou dessa forma. Essa empresa apresentou, inclusive, um contrato firmado que majora em quase 12% o preço estabelecido no projeto básico, e foi alvo de uma audiência pública e de uma reunião do Conselho de Saúde. Ninguém consegue explicar, nem o Secretário conseguiu. Ninguém consegue explicar, talvez porque, como eu disse, sejam sigilosos, subterrâneos os motivos que levaram a fazer esta constatação eivada de ilegalidades.

Cada dia me surpreende mais, porque já saiu o edital de terceirização da Farmácia Central. Sob a responsabilidade desse órgão ficam insumos e medicamentos que perfazem um valor aproximado de 270 milhões de reais. Quem irá administrar a Farmácia Central e, inclusive, fazer a distribuição de medicamentos para toda a rede é uma empresa especializada em armazenar grãos e transportar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

cargas, transportadora de mercadorias e armazenadora de grãos. Esta empresa, chamada Fênix, irá gerir e administrar a Farmácia Central do Distrito Federal. Isso é inadmissível. Inadmissível! Esta empresa ganhou uma licitação que chegava ao detalhamento dos milímetros. Dá a impressão de que a Secretaria de Saúde esteve no local pertencente a esta empresa, no galpão que serve para armazenar grãos, mediu o galpão e fez um edital exigindo da empresa ganhadora um galpão com as mesmas características daquele que a empresa vencedora tem em sua propriedade.

O povo de Brasília não merece ter o maior orçamento público de saúde *per capita* do Brasil e ter uma saúde que é destruidora de direitos, destruidora da autoestima. Uma saúde em que existem tantas constatações de ilegalidades e irregularidades que estão, em verdade, corroendo os recursos públicos. Recursos esses que vêm do meu imposto, do imposto pago por cada um e cada uma de nós. Somos nós que arcamos com a saúde pública do Distrito Federal. E não destinamos nossos impostos para dar 222 milhões de reais a uma empresa envolvida em irregularidades, que não apresentou a documentação necessária e foi contratada sem licitação para dirigir o segundo maior hospital do Distrito Federal, que está funcionando com apenas 10% da sua capacidade, mas a empresa está recebendo como se estivesse funcionando 100%.

Acho que tudo isso exige desta Casa um procedimento. Se o Secretário não pode dizer quais são os claros motivos que o levaram a cometer tantos atentados, tantas violações ao erário, que esta Casa instale uma CPI para que possamos investigar isso. É uma de nossas funções.

Alguns dizem que a CPI da Saúde não deu em nada. Não é verdade! A CPI que houve em 2004 estabeleceu o sistema de regulação dos leitos de UTI, possibilitou a quebra de monopólios de UTI para a clínica Santa Juliana, estabeleceu um procedimento claro de compra e dispensa de medicamentos e originou um processo na Justiça, que tem lentidão, mas, com certeza, se a justiça tarda, ela não falha, que condenará os gestores que cometeram crimes tão violentos, verdadeiros latrocínios — porque são roubos seguidos de morte — à população do Distrito Federal.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, prestei muita atenção no discurso da Deputada Erika Kokay e sei do que S.Exa. falava.

Sr. Presidente, um dia desses estive em um fórum adequado e, em alguns assuntos que abordei, fiz afirmações duras, corretas e incomprensíveis. Eu disse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

que em Brasília não se regulamentam nem se respeitam leis. E vou me restringir ao desrespeito a uma lei de minha autoria editada aqui nesta Casa, sancionada pelo Governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e que dispõe basicamente sobre a instalação de caixas eletrônicos adaptados em *Braille* aos deficientes visuais nos estabelecimentos bancários para que eles tenham acesso completo ao que precisam. Passaram-se mais de 6 meses. O prazo dado para a aplicação foi apenas de 4 meses e, até hoje, o BRB, que deveria dar o exemplo, não se dignou a colocar em suas agências pelo menos um caixa eletrônico adaptado. Eu falo como Parlamentar e, nesta Casa, considerando todos os servidores, falo também como correntista mais antigo que o BRB tem.

É ruim o banco oficial do Governo não implantar o que dispôs a lei, que tem um alcance social muito grande. E ainda vem com a desculpa esfarrapada de que a legislação não é bem clara, não está de acordo com a legislação federal. O Presidente do Banco não tem que dizer isso. Ele tem que cumprir o que está na lei ou apresentar ao Governador, a quem ele deve obediência – é empregado do Governador, que o colocou lá, tirou ele do Banco do Brasil. Se ele não tivesse condições de implantar, mas tem, sim, o Bradesco tem. Ele deveria ter informado ao Governador para que nos informasse aqui. Mas não. Em vez de cumprir o mandamento legal, desprestigia o Legislativo, os Parlamentares e o chefe dele, o Governador, que acreditou que, sancionando o projeto, o seu subordinado, Presidente do Banco, fosse mandar cumprir. Aliás, ele vem de uma instituição centenária ou mais do que centenária, o Banco do Brasil, que acha que está prestando favor ao correntista. Se ele vem com esse espírito para cá, está muito enganado. E há queixas de servidores do Banco, renomados, altamente qualificados, da atitude e do tratamento que ele dá aos servidores.

Então, é bom que ele cumpra a lei, porque vamos buscar o instrumento legal para compeli-lo a cumpri-la.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Solicitei um aparte só para lembrar o seguinte: tudo isso que o Deputado Milton Barbosa acabou de dizer aqui cobrou pessoalmente do Governador. Eu fui testemunha, vi S.Exa. cobrando isso do Governador Arruda. Agora, fica um alerta. Para que serve uma lei? Há uma perda de tempo aqui! Vou votar que lei? Não vai ser cumprida. O Deputado Milton Barbosa foi muito feliz, mas precisa encontrar eco nessa reclamação. Eco, sim, de união para cobrar! Podemos chegar um dia perto de um Presidente do BRB e perguntar por que ele não está fazendo isso. É lei! Ou a lei é só para o pobre, para o correntista? A lei só serve para o correntista, Deputado? Não. Tem que ser cumprida. Agora, foi aprovada, por que não vai fazer? É falta de respeito, não é Sr. Presidente?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

V.Exa. deveria prestar atenção porque é uma falta de respeito. Da mesma forma que V.Exa. cobra aqui, quando não estão cumprindo aquela lei dos hospitais que V.Exa. aprovou. É falta de respeito? Tem que ter gente que preste atenção ao que o Deputado está falando para poder cobrar, para a imprensa registrar, porque se errar e se “pisar na bola” a imprensa prega: “Deputado Fulano não fez isso, não fez aquilo”. Mas é importante. Eu estava lendo o currículo, e pergunto: O Deputado Leonardo Prudente, quantas leis tem? Tem uma enormidade. Quantas leis tem o Deputado Wilson Lima? Tem uma enormidade. Quantas leis têm outros Deputados como o que será homenageado aqui, meu amigo, radialista, ex-Deputado Silvio Linhares? Várias leis. Quais estão em execução? Quais as que foram colocadas em prática? Agora, se nem o comentário de sua cobrança o Parlamentar ouve, que dirá de fazer cumprir uma regulamentação como essa.

Conte comigo se tiver que cobrar pessoalmente. Se tiver que levar a polícia ou sei lá o quê me chama, eu vou junto, porque isso é mau-caratismo, isso é falta de respeito para com o Deputado Distrital. Obrigado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Deputado Leonardo Prudente, eu gostaria de consignar ao Presidente do BRB. Acho que ele não sabe quem sou, pois, naquele dia que fomos lá, nós dois, em um comentário, ele disse que V.Exa. foi lá, Presidente da Câmara, com mais um Deputado que ele não sabia quem era. Então, vou lembrá-lo aqui do número da lei, que eu tenho certeza de que ele não sabe, pois não sabe o nome do Deputado que foi lá. Como fui com o ilustre Presidente da Câmara, talvez tenha sido ofuscado com a sua presença, já que ele nunca tinha visto o Presidente Leonardo Prudente lá. Daí, esqueceu-se deste humilde servo que foi com V.Exa. É só para ele se lembrar da lei, porque aposto que ele não sabe o número da lei - Lei nº 4.277, de 2008. Essa é a lei que eu reclamo, conclamando todos os Deputados a exigir desse cidadão o cumprimento dela. Essa lei foi sancionada pelo Sr. Governador. Então, que ele informe o Poder Executivo para que o Governador nos esclareça o motivo de ele não estar cumprindo essa lei.

Agora, o banco BRB deveria dar exemplo, sim. O Deputado Geraldo Naves disse: “Então, vamos pedir para tirar o Presidente”. Não é exatamente isso o que eu quero dizer, mas é somente para dizer que ele tem de cumprir a lei.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Milton Barbosa, eu gostaria apenas de fazer um registro. Hoje estamos recebendo com muita honra no nosso plenário a presença do Deputado Silvio Torres, que é Deputado Federal e Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados. O Deputado Silvio Torres vem nos visitar porque a S.Exa. foi delegada a missão de fazer o controle e a fiscalização dos recursos federais que serão utilizados para a realização da Copa 2014. Todas as ações de infraestrutura, de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

logística, todos os gastos que as prefeituras, os Estados e a União terão certamente serão coordenados pelo Congresso Nacional, na figura do Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle.

Então, S.Exa. vem a esta Casa, em primeira mão, para construir junto com a nossa Câmara, através da nossa Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, um grupo de trabalho para acompanharmos todos os gastos que o Governo do Distrito Federal estará fazendo até 2014 para a realização da Copa aqui no Distrito Federal.

Quero registrar a alegria e a satisfação de receber o Deputado Silvio Torres. Esta Casa se sente honrada como sendo a primeira Casa Legislativa a receber a presença do Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, que fará também uma visita a todas as assembleias das 12 cidades-sede, para que juntos possamos fazer este trabalho que a sociedade espera de nós. Esperamos fazer também, Deputado Milton Barbosa, já após a chegada do Orçamento a esta Casa, uma grande audiência pública junto com o Congresso Nacional para avaliarmos os impactos que o Orçamento do Governo do Distrito Federal trará nos recursos destinados à realização da Copa de 2014.

Portanto, esta Casa se sente honrada com a presença do nobre Deputado Silvio Torres.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Agradeço o aparte do Deputado Leonardo Prudente.

Sr. Presidente, eu encerro a minha participação. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Leonardo Prudente, no exercício da Presidência também quero parabenizar o Deputado Silvio Torres pelo trabalho que S.Exa. está desempenhando. Eu gostaria também de fazer-lhe um apelo: são doze cidades-sede da Copa. Eu não sei fazer conta, sou ruim de matemática, mas eu vou pedir só um pouquinho para Brasília, vou pedir apenas que S.Exa. destine $\frac{3}{4}$ do Orçamento da Copa de 2014 para Brasília e $\frac{1}{4}$ para os outros.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (Bloco Parlamentar Progressista. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, agradeço ao Deputado Rogério Ulysses, Líder do Bloco Independente, esse espaço para usar da palavra. Quero trazer aqui um assunto que considero da maior relevância, que é a questão dos precatórios. Tenho visto o Deputado Cristiano Araújo e vários outros Parlamentares tratarem desse assunto, mas, infelizmente, parece que há uma barreira junto ao Poder Público. Por que trago aqui esse assunto? Pela indignação, Deputada Erika Kokay, que me assaltou quando tive a oportunidade de reencontrar um grande amigo que, hoje, está acometido de uma enfermidade. Hoje ele está com câncer e, possivelmente, terá sua morte antecipada, pois ele tem um crédito no Governo do Distrito Federal e não consegue recebê-lo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

O precatório, como todos sabem, é um crédito reconhecido pelo Poder Judiciário cujo momento para pagar, por alguma razão, principalmente por uma interpretação que me parece desumana do texto constitucional, é o Estado que escolhe.

Quando tive a oportunidade de reencontrar esse amigo, fiz um ofício à Corregedoria-Geral do Distrito Federal solicitando o pagamento, juntando o laudo médico. Essa pessoa, hoje, não tem plano de saúde, e o sistema de saúde pública não atende a sua necessidade. Ele tem um crédito reconhecido pelo Judiciário desde 1995 e está morrendo a cada dia, porque o Governo do Distrito Federal insiste em dizer que a Constituição estabelece que ele deve entrar na fila. A Constituição ou essa interpretação equivocada esquece que essa pessoa está precisando do dinheiro. Não é favor nenhum do GDF em lhe pagar R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), que lhe são devidos! Aliás, é penoso até, Deputado Milton Barbosa. São R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais)! É incrível as pessoas terem um direito e ele não ser reconhecido administrativamente. Elas têm que se socorrer do Judiciário, o que pode levar, às vezes, 10, 15 anos, e, quando esse direito é reconhecido, os governos insistem em colocar as pessoas em uma fila, como se elas fossem apenas um número e não pessoas!

Quero aqui fazer um apelo. Não quero entrar na discussão jurídica - poderia entrar também, e sei que a interpretação jurídica permite que se pague o valor devido. Quero entrar em outro tipo de discussão. O que quero é de outra natureza, que é uma questão humana, pois o Estado é feito para o cidadão e não o cidadão para o Estado. E, se o Estado é feito para o cidadão, que ele trate, então, de pagar as suas dívidas, aquelas que, inclusive, foram reconhecidas pelo Judiciário. Hoje, lamentavelmente, não temos o pagamento dessas dívidas.

Deixo aqui um apelo que já fiz naquela reunião que a bancada teve com o Governador José Roberto Arruda: não ouça a Secretaria Econômica, não ouça a Secretaria de Planejamento, não! Ouça o seu coração e pague o que é devido às pessoas! O cidadão, quando tem um débito, é chamado de caloteiro, tem seu nome colocado no SPC, no Serasa! E quando o Governo deve? O que temos que fazer? Nós temos que usar esta tribuna.

Sei que a competência é federal, sei que a legislação é outra, mas não posso deixar de, tendo a oportunidade de usar um microfone como este, denunciar uma situação que é muito perversa! É mais do que perversa, Deputado Rogério Ulysses; é desumana! E a pessoa já teve o direito reconhecido. O Judiciário já disse que há um crédito para aquela pessoa, e desde 1995. São 14 anos! Ao longo desses 14 anos, essa pessoa contrai uma doença e não pode, porque não tem plano de saúde, porque o sistema de saúde pública do Distrito Federal é muito ruim..., essa pessoa, possivelmente, terá sua...

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Permite-me V.Exa. um aparte?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, parabenizo-o pelo pronunciamento. Existem alguns temas, algumas feridas em que alguém tem que ter coragem de pôr o dedo. Há um ditado popular que diz o seguinte: “Devo, não nego; pago quando puder”.

O que me causa estranhamento é que o Governo pode pagar, o Governo tem receita para pagar. Não paga porque talvez não tenha a sensibilidade necessária para entender a importância desse investimento. Estamos vivendo uma crise e, fazer uma injeção de recursos, pagando uma dívida que já foi, inclusive, legitimada, vai democratizar um pouco mais o acesso ao recurso público. Isso vai ter impacto no comércio, nos hospitais privados. Enfim, quero fazer coro com V.Exa.

Acho justo. Temos, sim, que cobrar que o Governo do Distrito Federal pague os precatórios de todos a quem deve e, em especial, a esse seu amigo que tem um problema de saúde e que, se não receber, provavelmente — nós não queremos isto —, passará desta para melhor sem ter acesso a um recurso que lhe é devido e que poderia prolongar a sua vida e dar um pouco mais de qualidade para os seus familiares.

Parabéns pelo seu pronunciamento. Tomara que ele ecoe, saia da Câmara Legislativa e chegue aos ouvidos e ao coração de quem, de fato, pode pagar essa dívida.

Parabéns a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço ao Rogério Ulysses o aparte.

Quero finalizar apenas lembrando o seguinte: nenhum procedimento administrativo, nem mesmo a Constituição Federal, pode ser maior do que o maior bem que nós temos, que é a vida, e essa pessoa terá sua vida abreviada se não tiver condições de comprar o remédio, de utilizar-se de um tratamento médico.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado, quando se vai interpretar uma norma — aprendi e V.Exa. também —, tem-se que interpretá-la no conjunto em que ela está inserida. Se a Constituição Federal diz que tem como valor fundamental a vida, essa norma afasta qualquer outra, inclusive a que diz que se deve obedecer a uma fila.

O que V.Exa. estava dizendo faz-me lembrar o que dizia um comentarista chamado Juarez Soares: “Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa.”

Está de parabéns V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Agradeço ao Deputado Milton Barbosa o aparte.

Como eu disse, eu nem quero entrar na discussão jurídica, mas, se o Governo do Distrito Federal quiser que façamos essa discussão, estou pronto a fazê-la e tenho certeza de que vamos conseguir convencer que a melhor interpretação a ser dada é a interpretação teleológica, para que possamos saber o que o legislador constituinte queria, porque não é difícil demonstrar que o que ele queria era valorizar a vida do cidadão brasileiro.

Fica aqui o nosso apelo ao Governo do Distrito Federal: que, não apenas nesse caso específico do Raimundo, um pobre garçom do Restaurante Monte Sião, mas de inúmeras outras pessoas que têm crédito junto ao Distrito Federal, o Governo trate de pagar aquilo que deve, porque aquele ditado, tão bem lembrado pelo Deputado Rogério Ulysses — “devo, não nego; pago quando puder” —, nós não queremos que o Estado adote. Esse ditado só pode ser adotado pelos caloteiros e pelos maus pagadores.

Quero que este Governo que ajudamos a eleger, que estamos construindo a cada dia, não seja conhecido como um governo que dá calote na população.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares, pela Liderança do Bloco Democrático Social Brasileiro.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (Bloco Democrático Social Brasileiro. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de fazer um apelo à Líder e ao Vice-Líder do Governo, Deputado Batista das Cooperativas, porque ontem nós fomos surpreendidos com a votação de alguns itens do veto do PDOT e não pudemos, de alguma maneira, participar ou discutir sobre quais itens seriam votados naquela sessão.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pedido a V.Exa., conforme o que foi levantado pelo Deputado Batista das Cooperativas: que um dos primeiros itens do PDOT a serem apreciados seja o subitem nº 35, que é o veto ao art. 286, que trata de 6 chacareiros da Colônia Sucupira. O outro dispositivo seria o subitem nº 13, de minha autoria, também referente à Colônia Sucupira. Trata-se de reivindicação do Governo Federal para instalar cooperativas de produção também na Fazenda Sucupira.

Então, antes que façamos algum acordo de votação sobre os itens do PDOT, eu queria que esses 2 subitens constassem da votação para serem apreciados hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência acata a solicitação de V.Exa., Deputado Benício Tavares.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Estão encerrados os Comunicados de Líderes.

Consulto o Plenário quanto à possibilidade de não haver Comunicados de Parlamentares, haja vista que há *quorum* para apreciação da matéria. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, estão encerrados os Comunicados de Parlamentares.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Pergunto se há algum Deputado que não teve projeto de sua autoria aprovado no dia de ontem. (Pausa.)

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 118-Suplemento, de 03/07/2009, juntamente com a ata sucinta da 57ª Sessão Ordinária.)

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Item nº 33:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.124, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de informações atualizadas e detalhadas, dos serviços prestados, pelas empresas que atuam no Setor de Turismo e similares no Distrito Federal e dá outras providências”.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. fizesse uma inversão de pauta para colocar em destaque a Moção nº 394, de 2009, que acabou de ser lida. Trata-se de uma manifestação de louvor a vários integrantes da carreira de apoio às atividades da Polícia Civil, que serão homenageados no dia 30, em uma sessão solene. V.Exa. está convidado, assim como todos os Deputados, a homenageá-los juntamente conosco.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Está acatada a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Não é à toa que V.Exa. é um bispo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.124, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de informações atualizadas e detalhadas, dos serviços prestados, pelas empresas que atuam no Setor de Turismo e similares no Distrito Federal e dá outras providências”.

De fato, este Projeto trata de relação de consumo, e o Poder Legislativo local tem relação concorrente com a União no que diz respeito a esta matéria, não havendo, portanto, nenhum vício de constitucionalidade ou regimentalidade.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do Projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Faço novamente a pergunta: qual Deputado não teve o projeto de ontem aprovado em primeiro turno?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu não tenho, mas estou encaminhando à Secretaria.

Eu queria apenas registrar o seguinte: sobre as obras para a Copa de 2014, eu apresentei o requerimento de constituição, sem custos extras para esta Casa e para o contribuinte, de uma comissão especial com cinco membros desta Casa para fiscalizar as obras para a Copa de 2014.

É um requerimento meu que já está protocolado há pelo menos dois meses nesta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Vou pedir enérgica medida para o acolhimento da solicitação de V.Exa.

Item nº 35:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 380, de 2003, de autoria do Deputado Benício Tavares, que “dispõe sobre a abertura de linha de crédito especial para compra de habitação, em benefício da mulher arrimo de família e dá outras providências”.

Informo que a matéria tem tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 37:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 515, de 2007, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que “institui a política estratégica para o desenvolvimento integral da juventude do Distrito Federal-PEJOVEM”.

Informo que a matéria tem tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de acrescentar à Ordem do Dia o Projeto de Lei Complementar nº 62, Extrapauta, para ser apreciado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputada Jaqueline Roriz, V.Exa. teve um projeto aprovado ontem, nós estamos aprovando um de cada Deputado, primeiro.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ – Mas este Projeto de Lei não é meu, é do Governo, é do IBRAM.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa., incluindo na pauta da Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei Complementar nº 62, para ser apreciado em primeiro turno. Solicito a vinda do projeto para cá.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, dentro da nossa cota, peço que apreciemos o Projeto de Resolução nº 70, de 2009, como item extrapauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. e solicito à assessoria que traga o projeto para apreciação.

Item nº 39:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.176, de 2004, de autoria do Deputado Chico Leite, que “institui normas para a instalação e funcionamento dos estabelecimentos que executam procedimentos inerentes à prática de tatuagem e *Body Piercing* e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 40:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.386, de 2006, de autoria dos Deputados Augusto Carvalho e Eliana Pedrosa, que “dispõe sobre a inclusão do tema Missão Cruls como conteúdo opcional na grade curricular dos ensinos fundamental e médio da Rede de Ensino do Distrito Federal”.

Esta Presidência informa que a matéria tem sua tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, posso até ser chato, mas eu gostaria de pedir que seja apreciado, pelo menos, um veto do PDOT, que é o relativo ao pessoal que se encontra aqui desde quinta-feira passada. Eles estiveram aqui, ficaram até 22h, vieram ontem e estão hoje, de novo, aguardando a apreciação do Item nº 35, veto ao art. 286 do PDOT. Aí eu fico tranquilo, o resto pode ser deixado para qualquer dia, tudo bem, contanto que apreciemos o veto relativo ao pessoal que aqui está. São apenas seis chácaras na Fazenda Sucupira, e o pessoal está aí para isso. Peço a V.Exa. que ouça os líderes, no caso, para voltarmos aos vetos do PDOT — apenas a esse item. Depois, deixaremos o resto para quando os Líderes e a Presidência decidirem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Benício Tavares, V.Exa. faz com propriedade o apelo, que esta Presidência acata. Porém, está havendo aqui um fechamento. As 2 Líderes estão fechando a pauta. O primeiro item de pauta será o solicitado por V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria me somar ao pleito do Deputado Benício Tavares. Acho que conseguimos atender grande parte das pessoas que estavam acompanhando a votação e não é justo, porque seriam apenas 6 chácaras, que elas não tenham oportunidade de ver o pleito acatado por esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 21:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.065, de 2008, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “inclui no calendário de eventos oficiais do Distrito Federal a Feira de Agronegócio – Agrobrasília”.

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.065, de 2008, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “inclui no calendário de eventos oficiais do Distrito Federal a Feira de Agronegócio – Agrobrasília”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, o parecer é pela admissibilidade, levando-se em conta a relevância da proposição do Deputado Bispo Renato.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, assim que V.Exa. puder deferir, eu queria solicitar que pudéssemos, hoje, votar 2 vetos do PDOT. É o item nº 13 e o subitem nº 35, alusivo ao artigo 286. Peço que comecemos pelo subitem nº 35, pois se trata de um compromisso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

assumido, ontem, por esta Casa. Já há acordo. As pessoas estão aqui aguardando, como havíamos combinado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.065, de 2008, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “inclui no calendário de eventos oficiais do Distrito Federal a Feira de Agronegócio – Agrobrasília”.

Por se tratar de inclusão de evento no calendário oficial do Distrito Federal, não há nenhum óbice por parte da Comissão de Constituição e Justiça, uma vez que é uma prerrogativa desta Casa legislar sobre a matéria. Portanto, no âmbito da CCJ, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.065, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pergunto à Deputada Eurides Brito se há consenso para apreciação dos 2 itens.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há um acordo que eu queria que a Líder do Governo confirmasse, acordo esse feito, inclusive, com a Presidência desta Casa, para que seja apreciado até o final do semestre, antes do recesso, apenas dois vetos do PDOT. Um é o veto ao art. 286. As pessoas gentilmente estiveram aqui ontem e nós solicitamos um tempo para avaliar a matéria. Hoje estão aqui de novo e estamos prontos para apreciar o veto. A posição da bancada do Partido dos Trabalhadores, construída a partir da análise que fizemos, é de derrubada do veto.

O segundo veto também diz respeito à Fazenda Sucupira, mas à área relativa à União. Esse é um pleito do Governo Federal para que haja a manutenção da condição de área rural, mas que seja possível a construção de projetos sustentáveis do ponto de vista ambiental.

Portanto, estamos de acordo em apreciar apenas esses dois vetos. Os demais ficam para agosto.

Quero aqui, de público, assegurar que possamos, quem sabe no mês de julho, fazer uma reunião para discutirmos os demais vetos ao PDOT para apreciá-los em agosto. Quero saber da Líder do Governo se podemos, na semana que vem, após o início do recesso desta Casa, estabelecer uma discussão acerca dos vetos.

Sr. Presidente, para ficar claro eu repito: apreciaremos apenas dois vetos ao PDOT e os demais ficam para agosto.

Eu gostaria que a Líder do Governo pudesse assegurar a reunião para discutirmos as posições da Oposição e da bancada governista.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há um acordo para apreciarmos 2 vetos ao PDOT na tarde de hoje, que tinham ficado pendentes da reunião de ontem, e o PLC nº 123, referente ao Nota Legal em segundo turno, porque ele já foi votado em Samambaia. Então, há 2 projetos para serem apreciados em segundo turno, aqueles dois de Samambaia: o referente à subestação da CEB e o projeto da Nota Legal, que é o PLC nº 123.

Depois, apreciaremos o PLC nº 1.187, que trata também de Nota Legal, mas é para apreciação em primeiro turno.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acatando a solicitação dos Deputados Erika Kokay, Eurides Brito, Batista das Cooperativas e Benício Tavares, solicito à Assessoria da Mesa que nos repasse os itens a serem apreciados.

Subitem nº 35:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Apreciação do veto parcial ao subitem nº 35, referente ao art. 286 do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”, constante do item nº 1 da Ordem do Dia.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas registrar a minha posição. Esse PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial que foi aprovado, misturou algumas coisas justas com outras injustas.

Em minha opinião, para esta cidade, é claro que tem que haver um Plano Diretor de Ordenamento Territorial para regular, para planejar e para ordenar sua expansão urbana, um PDOT que vise à qualidade de vida dos moradores da cidade, e não aos interesses comerciais e às especulações imobiliárias.

Então, eu resolvi votar e votei contra o projeto do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, e, para não legitimá-lo, pois não concordo com ele, não apresentei nenhuma emenda ao projeto e não votarei a favor de nenhuma inclusão do que quer que seja. Logo, por coerência, não posso ser favorável a uma coisa e ser contra outra.

Só lamento que tenham usado o Plano Diretor de Ordenamento Territorial para misturar algumas coisas justas com outras injustas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu sugiro à Mesa que apreciássemos o subitem nº 13 e o subitem nº 35 em bloco, uma vez que há consenso para a derrubada dos vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a questão de ordem de V.Exa., pois há consenso.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – (intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. já tinha me dado a palavra de que estava de acordo.

Subitem nº 13:

Apreciação do veto parcial ao subitem nº 13, referente ao art. 81, § 2º, do Projeto de Lei Complementar nº 46, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “aprova a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal e dá outras providências”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares.

DEPUTADO BENÍCIO TAVARES (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria pedir o apoio dos Srs. Deputados para a aprovação destes 2 subitens, que são de minha autoria. São 2 emendas que fiz ao Plano Diretor de Ordenamento Territorial.

O subitem nº 35, conforme já expliquei, refere-se a 6 chácaras no Riacho Fundo I, cujos representantes estão presentes nesta Casa.

O engraçado é que eles foram os únicos que não parcelaram, os únicos que não venderam aquelas chácaras. Eles mantiveram as áreas como chácaras rurais. Agora, faremos justiça na medida em que nós regularizarmos as referidas chácaras para seus legítimos donos.

Eu quero dizer que um dos senhores que está na galeria, o que é engraçado, ao chegar a Brasília, em 1959, recebeu da NOVACAP a Fazenda Sucupira. Portanto, ele é um dos primeiros ocupantes da Fazenda Sucupira, logo tem mais de 40 anos que ocupa aquela área.

Portanto, faremos uma justiça muito grande ao votarmos hoje a favor dessas pessoas.

Sobre o subitem nº 13, a ex-Deputada Lucia Carvalho, hoje Secretária do Patrimônio da União, pediu-nos que, na área da União referida na emenda que apresentei, pudesse desenvolver cooperativas de produção, gerando, assim, empregos aos nossos trabalhadores mais humildes da nossa cidade.

Então, nesse sentido, eu peço o apoio dos nobres Deputados para a derrubada do veto do nosso Governador.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ficamos muito preocupados depois que analisamos as questões relativas à ocupação territorial. Por isso, pedimos ontem que apreciássemos melhor a questão do art. nº 286.

Nós estivemos no local para verificar a situação. Nós tivemos condições de conversar, de pesquisar e, hoje, não temos nenhuma dúvida de que a área está sendo preservada como área rural e que há uma previsão já estabelecida anteriormente, no PDL da Candangolândia, de que esta área poderia sofrer esta expansão dos moradores que já estavam ali. Por isso, temos absoluta segurança de que não há prejuízo ambiental.

No demais, estamos falando de uma área da União, como aqui já foi falado pelo Deputado Benício Tavares, e que já está “antropizada”. Nós precisamos ocupá-



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

la com a cooperativa de produção, que é sustentável ambientalmente. Então, não há qualquer tipo de prejuízo à cidade e à nossa qualidade de vida.

Portanto, a nossa posição é por derrubar os 2 vetos. O veto que diz respeito ao território da União, porque estivemos hoje conversando com a gerência de patrimônio da União, analisando todos os aspectos relativos a este veto, inclusive, em conversas com o próprio Ministério Público, e chegamos à conclusão de que é necessário derrubar o veto ao art. 81.

Quanto ao art. 286, como já disse, nós também fizemos nossa pesquisa. Nós temos uma avaliação de que cada situação tem a sua peculiaridade. Quando nós falamos que é preciso manter chacareiros dentro de um parque para conter a especulação imobiliária, estamos cometendo uma falácia, porque para contê-la é preciso instalar o parque. E, se se instala o parque, está contida a especulação imobiliária àquele território e está sendo preservado como território público – e estou falando do Parque do Guará – de uso comum. Portanto, quando se diz que é preciso manter os chacareiros dentro do parque para impedir a especulação imobiliária, é um raciocínio absolutamente invertido, tautológico.

É preciso implantar o parque e retirar dali os chacareiros, indenizá-los, assegurar a manutenção da sua atividade produtiva e assegurar a qualidade de vida dos moradores do Guará. Esta é uma situação!

Agora, estamos falando de um tamponamento natural que foi feito, com as atividades rurais, que são preservadas enquanto rurais – e nós estamos falando do Lúcio Costa – e, portanto, é necessário que se mantenha ali este tamponamento para impedir a especulação imobiliária que é, em verdade, uma lógica emanada a partir do Palácio do Buriti, como é a lógica, inclusive, do PDOT.

A lógica do PDOT é especulativa, e não tenham nenhuma dúvida acerca disso. Para cada projeto, nós analisamos as condições específicas e o impacto no meio ambiente – o que nos parece absolutamente fundamental, o direito de quarta geração, direito humano fundamental e direito, essencialmente, genuinamente humano, porque fica para os que ainda aqui não estão e que ainda vão vir.

Por isso, temos a posição de derrubar o veto ao art. 81 e ao art. 286. E, ontem, tivemos a posição de derrubar o veto do projeto que estava em discussão e de manter o veto ao artigo que assegurava que o parque não seria parque, e que a população do Guará não seria blindada, Deputado Benedito Domingos, como foi a população em Taguatinga com o Taguaparque.

Hoje, os jornais estampam a qualidade de vida por se ter espaços públicos no momento em que há tanta fragmentação da vida coletiva e da vida comunitária. No momento em que temos tanto sofrimento psíquico, a população do Guará foi privada de ter um parque, ou parte dele, ou um parque com a dimensão estabelecida, um parque estabelecido legalmente, porque se disse que ali havia de permanecer chacareiros que impedem o uso comum de toda a área pública.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Por isso, Sr. Presidente, a nossa posição é pela derrubada dos 2 vetos.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, só para lembrar, como tenho feito desde a semana passada, eu estou na Liderança do Governo, pela deferência da Deputada Eurides Brito, em momentos em que a gente discute vetos do PDOT, uma vez que no ato dessa discussão S.Exa. estava viajando e me delegou isso.

Portanto, encaminho a bancada do Governo a votar juntamente com a bancada do Partido dos Trabalhadores. A Deputada Erika Kokay já encaminhou e está votando hoje com a bancada do Governo. Fico muito feliz, Deputada!

Nós estamos votando os subitens nºs 13 e 35. Nossa posição é pela derrubada do veto, pelo voto “não”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação dos vetos aos subitens nºs 13 e 35.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	27



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 24,6 /2009

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

☐ VETO TOTAL ☒ VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 81, § 2º e Art. 286

☒ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 46/07
☐ PROJETO DE LEI Nº(S)

Autor: Deputado(a): _____ ☒ Executivo

Relator: Deputado(a): Rogério Ulysses

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES – PMN				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP		X			
	BENEDITO DOMINGOS – PP		X			
	BENÍCIO TAVARES – PMDB		X			
	BISPO RENATO – PR		X			
	BRUNELLI – DEM				X	
	CABO PATRÍCIO – PT				X	
	CHICO LEITE – PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES – PPS		X			
	CRISTIANO ARAÚJO – PTB		X			
	DOUTOR CHARLES – PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY – PT		X			
	EURIDES BRITO – PMDB		X			
	GERALDO NAVES – DEM		X			
	JAQUELINE RORIZ – PSDB		X			
	MILTON BARBOSA – PSDB		X			
	PAULO TADEU – PT				X	
	RAAD MASSOUH – DEM		X			
	RAIMUNDO RIBEIRO – PSL				X	
	REGUFFE – PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES – PSB		X			
	RÔNEY NEMER – PMDB		X			
	WILSON LIMA – PR		X			
	LEONARDO PRUDENTE – DEM		X			
	TOTAL	01	16		07	

ASSP	SECRETÁRIO DEP. Bispo Renato	ASSP	Nº 1
		Fls.º	
VOTOS “SIM”	01	VETO MANTIDO	
VOTOS “NÃO”	16	VETO REJEITADO	X
ABSTENÇÃO	-		
AUSÊNCIAS	07		



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 1 voto favorável, 16 votos contrários e 7 ausências.

Total de votantes: 17.

Foram rejeitados os vetos opostos aos subitens nº 13 e 35.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas para declaração de voto.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar os chacareiros de Riacho Fundo 1. Hoje, eles obtiveram uma conquista fantástica, expressada, inclusive, com o choro das pessoas que estão na galeria, choro de emoção. Eu quero parabenizá-los. Não consigo ver, até porque eu fui lá, eu estive lá e vários Parlamentares também estiveram e viram que ali não tem especulação imobiliária de maneira alguma. Não consigo ver ganhos comerciais, como foi dito por um Parlamentar aqui, de maneira alguma, muito pelo contrário. As pessoas que estão ali mantêm suas chácaras rigorosamente agrícolas. Eu quero parabenizá-los. Isso também é defesa de moradia e de habitação com dignidade.

Parabéns a vocês. Continuem assim.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer que o meu voto não foi a esse ponto específico. Eu não tenho nada contra isso. O meu voto é com relação a todo o PDOT. Por coerência, eu tenho que me contrapor ao PDOT como um todo, apenas isso. Não tenho absolutamente nada contra, muito pelo contrário. Conversei com algumas pessoas e penso até que o pleito é justo.

Eu sou contra o PDOT como um todo. O PDOT é um projeto que atende a interesses de grandes empresários.

Eu quis apenas registrar a minha posição e esclarecer a razão do meu voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay para declaração de voto.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para declaração de voto. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu também votei contra o PDOT. Inclusive fomos ao Poder Judiciário para impedir que ele pudesse ser efetivado nesta cidade. Achamos que o PDOT tem profundos problemas, mas fomos contra o PDOT em função da especulação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Se o Governador veta um artigo que estimula a especulação ou veta um artigo que controla a especulação, que foi um acréscimo ao PDOT para respeitar o meio ambiente, se S.Exa. veta um artigo que vai no sentido de impedir a especulação ou que vai no sentido de preservar o meio ambiente, então nos cabe derrubá-lo. É responsabilidade com a coisa pública, embora tenhamos votado contra o PDOT. Quando há veto a artigos que aprimoravam o PDOT do ponto de vista urbanístico e ambiental, nós temos de derrubá-lo. Nós temos a responsabilidade com a coisa pública e o ordenamento territorial.

É por isso, Sr. Presidente, que a bancada do PT, embora tenha votado contra e tenha sido a mais ardorosa defensora de recomençar o processo do PDOT, tem votado favoravelmente à manutenção de determinados vetos e contrariamente à manutenção ou à derrubada de outros vetos, trabalhando na lógica antiespeculativa, na lógica de preservação ambiental e na lógica da ordem urbanística. É apenas isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves para declaração de voto.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Eu quero só declarar porque eu votei “não”. São três vetos que nós derrubamos dos chacareiros. Eles são aqueles que ajudam a preservar. Nós precisamos entender isso. Então, quero parabenizar esta Casa pela consciência e pela coragem em dizer, como disse o Deputado Batista das Cooperativas, que isso é defender também a moradia, a legalidade e o respeito àqueles que vivem, que cuidam, que plantam e que exportam. Quero parabenizar esta Casa por este veto.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero pedir a inclusão de dois projetos de minha autoria, seguindo o acordo que foi feito com os demais Parlamentares: o Projeto de Lei nº 1.285, de 2009, e o Projeto de Lei nº 1.253, de 2009. Se for possível, que eles sejam incluídos na pauta e apreciados quando tivermos a oportunidade de analisar projetos de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Posso pedir para retirar de pauta o outro item para poder apreciar? (Pausa.)

Acato o seu pedido, Deputado Rogério Ulysses, para incluí-los na pauta como itens da sessão extraordinária e retiro o item anterior da pauta de votação.

DEPUTADO RÔNEY NEMER - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, lembro a V.Exa. que ontem nós combinamos a votação dos projetos de decreto legislativo que não estão na pauta, mas estão ali separados.

Também peço a inclusão do Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2009, e do Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2009.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato sua solicitação.

DEPUTADO RAAD MASSOUH - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, conforme V.Exa. me notificou naquele momento, solicito a inclusão, na pauta da Ordem do Dia de hoje, do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.145, que é o que foi apresentado naquele momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato sua solicitação.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, desejo saber, até para atender a curiosidade de alguns Deputados, o que votaremos agora e por que não podemos votar de imediato os projetos aos quais a nossa Líder aludiu aqui. O tempo anda, a fila anda, e nós temos que sair daqui hoje. Chegamos na hora e V.Exa. também. Sei que V.Exa. não está na categoria daqueles que o jornal, injustamente, acoimou.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, não use termos que eu não estou usando. Eu falei “injustamente”.

Portanto, vamos ser práticos aqui, como V.Exa. tem sido sempre na condução dos trabalhos. Pretendo me retirar desta Casa mais cedo. Se o meu voto não for necessário, eu vou sair mais cedo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Precisamos do voto de V.Exa., Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje nós fizemos justiça. O que foi falado aqui é uma verdade. Como exemplo, eu destaco aqui a Colônia Agrícola Samambaia, que antes era conhecida como Vila dos Carroceiros.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Eu conheci o Sr. Antônio, um carroceiro que já faleceu. Ele tinha uma chácara onde produzia e vendia verduras. Veio então o governo e disse que ele não podia ficar ali. Deram um lote pequeno para ele em Samambaia. Em seguida, a sua chácara foi empossada por poderosos, loteada e vendida, rendendo assim alguns milhões de reais. E o coitado morreu praticamente à míngua.

Várias injustiças aconteceram. É por isso que eu comungo com o pensamento da Deputada Erika Kokay, quando S.Exa. faz alusão à preservação de áreas ambientais como o nosso Taguaparque, que está sendo muito bem frequentado por um número expressivo de pessoas que tem ido àquele local para passear, não somente de Taguatinga, conforme verificamos, mas também de Brazlândia e do Gama.

Deputada Erika Kokay, V.Exa. não sabe a luta que foi enfrentarmos os grileiros, derrubando cerca de arame, enfrentando gente armada que queria transformar aquela área em lotes. Eu creio que nós precisamos tomar cuidado com o que vamos fazer. Muitos chacareiros chegaram ali, como os de Sucupira e do Riacho Fundo que estão ali desde 1959, plantando, arborizando, inclusive com árvores frutíferas, trazendo equilíbrio ecológico com as aves que se alimentam das frutas plantadas lá. Depois de tudo isso, nós os tiramos dali e os colocamos em outros lugares deixando que os especuladores venham a ocupar o terreno. Isso é um crime que não podemos permitir. Brasília precisa zelar pelo seu verde, por suas áreas livres. E esses chacareiros conservam essas áreas. Se não fossem eles, talvez essas áreas estivessem cheias de barracos, de invasões.

Portanto, precisamos trabalhar no sentido de acabar com essa indústria da invasão. O que me fere muito é ver que aqueles que invadem recebem lotes, e os que não têm coragem de invadir, mas que estão aguardando a lista do IDHAB, não são contemplados.

Nós temos que zelar pelas coisas justas, corretas e legais. Eu acredito que esta Casa hoje merece, sim, um aplauso pelo que foi feito, fazendo justiça àqueles pioneiros que ocuparam um pedaço de terra e que nelas residem, cultivam e criam os seus filhos com dignidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Bispo Renato, que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

Antes, porém, solicito a todos os Deputados que se encontram nas dependências da Casa que se dirijam ao plenário para a verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	32



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 24 / 6 / 2009

1ª VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2007/2010

DEPUTADO (A)	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AYLTON GOMES - PMN		X	
BATISTA DAS COOPERATIVAS – PRP	X		
BENEDITO DOMINGOS - PP	X		
BENÍCIO TAVARES – PMDB		X	
BISPO RENATO – PR	X		
BRUNELLI – DEM	X		
CABO PATRÍCIO – PT		X	
CHICO LEITE – PT		X	
CLÁUDIO ABRANTES - PPS	X		
CRISTIANO ARAÚJO – PTB	X		
DOUTOR CHARLES – PTB	X		
ÉRIKA KOKAY – PT	X		
EURIDES BRITO – PMDB	X		
GERALDO NAVES – DEM	X		
JAQUELINE RORIZ – PSDB	X		
MILTON BARBOSA – PSDB	X		
PAULO TADEU – PT		X	
RAAD MASSOUH – DEM	X		
RAIMUNDO RIBEIRO - PSL	X		
REGUFFE – PDT	X		
ROGÉRIO ULYSSES – PSB	X		
RÔNEY NEMER - PMDB	X		
WILSON LIMA – PR	X		
LEONARDO PRUDENTE – DEM	X		
TOTAL	29	05	


SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu passo às mãos de V.Exa. o Diário Oficial de segunda-feira 27 de abril, onde estão publicados os perímetros das macrozonas, por decreto do Sr. Governador, e a aprovação da revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que é a publicação da Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009.

O importante é passar às mãos de V.Exa. a publicação de toda a macrozona de proteção integral. Como é um material extenso, dê-se, portanto, como notificada a Casa da publicação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Obrigado Deputada Eurides Brito. Estão registradas as palavras de V.Exa. Recebo o material e repasso-o à assessoria da Mesa para que tomem as providências devidas quanto ao preito levantado.

Há 19 Deputados presentes. Portanto, há *quorum* regimental.

Item nº 14:

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.187, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e de serviços, nos termos que especifica”.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Cristiano Araújo, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.187, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e de serviços, nos termos que especifica”.

Analisamos o projeto. Há acordo para votação com a Liderança do Governo.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, não vemos nenhum óbice ao prosseguimento do projeto. Somos pela sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Rogério Ulysses, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.187, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e de serviços, nos termos que especifica".

Sr. Presidente, o projeto é de autoria do Poder Executivo e está de acordo com a constitucionalidade. Somos, portanto, pela admissibilidade do projeto na Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, este é um projeto que reputo da mais alta importância para o Distrito Federal. Tem origem em um projeto apresentado por mim e pelo Deputado Leonardo Prudente, que também tinha um projeto de autoria dele similar ao meu. Agora, o Governo está demorando muito para implantar esse projeto. Estamos discutindo isso nesta Casa há muito tempo. No final do ano, as pessoas já estavam recolhendo as



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

notas fiscais, mas não tiveram o desconto no IPVA nem no IPTU deste ano. Na cidade de São Paulo, onde a lei foi implantada, aumentou-se a arrecadação em R\$ 810.000.000,00 (oitocentos e dez milhões). Penso que o Governo deveria ser um pouco mais ágil.

Votarei favoravelmente para ver se o Governo implanta isso agora de uma vez por todas.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, o projeto visa eliminar a sonegação fiscal a partir da consciência do próprio contribuinte. Acho que as mudanças só são permanentes quando são apropriadas e internalizadas pelas pessoas. Isso torna qualquer mudança ou qualquer avanço permanente, senão ficam à mercê da lógica do Governo. Nosso país tem muitas dificuldades de estabelecer políticas de Estado e fica submerso à política de governo, que é relativa ao próprio Governo.

A proposta está vinculada a um projeto que aprovamos aqui em segundo turno que assegura o caráter cumulativo do pagamento das infrações. Antes, se houvesse infrações, por exemplo a não emissão de nota fiscal pelo contribuinte, você pagaria apenas o valor, independentemente de ter cometido esta infração trinta, quarenta ou cinquenta vezes. Na medida em que corrigimos isso com a aprovação do projeto anterior em segundo turno, temos agora condição de estabelecer o desconto no IPVA e no IPTU com a aquisição de créditos do consumidor a partir das notas fiscais.

Acho que o projeto é extremamente meritório. Além disso, você institui a multa no valor de R\$ 50,00 (cinquenta) para cada documento em que o contribuinte, quando solicitado, deixar de registrar os dados necessários. Quando você pedir para registrar os dados necessários e o contribuinte não registrar, ele deverá arcar com uma multa de R\$ 50,00 (cinquenta), que é solidarizada com o contabilista do estabelecimento. O projeto fecha em todos os aspectos a possibilidade de não termos uma penalidade justa para quem comete infrações acessórias.

O projeto terá o nosso voto favorável e também tudo aquilo que significar eliminar a sonegação. Estima-se que só no comércio varejista tenhamos uma sonegação em torno de R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões) — trazendo para o Distrito Federal dados que se consolidam em outras unidades da federação. É muita coisa. Antes de pensar em controlar salário de servidor, o Governo deveria pensar em como eliminar a sonegação.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Continua em discussão.
(Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para discutir. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, como vimos, há um apoio, dada a importância do projeto, para que o aprovemos o mais rápido possível. Isso é o que V.Exa. vai fazer. Quero solicitar que, em seguida, complementemos esse mesmo tema, votando já o segundo turno do Nota Legal, PL nº 123, de 2009, cujo primeiro turno votamos em Samambaia. Um complementa o outro.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Continua em discussão.
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	37



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 24/06/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL EM / / 2009

☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ EMENDAS AP. NºS ☐ EMENDAS REJ. NºS

☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)

☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI Nº(S) 1187/09

☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)

☐ RECURSO Nº (S)

☐ REQUERIMENTO Nº (S)

☐ OUTROS

☐ VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a):

☒ Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	19			05	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. Wilson Lima
CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 123, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o § 5º do art. 61 da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, Código Tributário do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	39



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 24/06/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☐ 1º TURNO ☒ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☒ REDAÇÃO FINAL EM 24/6/2009

☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ EMENDAS AP. NºS _____ ☐ EMENDAS REJ. NºS _____

☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 1.23/09

☐ PROJETO DE LEI Nº(S) _____

☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____

☐ RECURSO Nº (S) _____

☐ REQUERIMENTO Nº (S) _____

☐ OUTROS _____

☐ VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): _____

Relator: Deputado(a): _____

☒ Executivo

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT				X	
	CHICO LEITE	PT				X	
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	X				
	DOUTOR CHARLES	PTB	X				
	ÉRIKA KOKAY	PT	X				
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB				X	
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT	X				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	19			05	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/____ Nº ____ / ____

FOLHA Nº ____



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 19 votos favoráveis. Houve 5 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 123, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que “altera o § 5º do art. 61 da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, Código Tributário do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Esta Presidência consulta o Deputado Milton Barbosa para saber qual é o item de interesse de S.Exa. na pauta.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, muito obrigado pela delicadeza, pela elegância de V.Exa. de colocar em votação a Moção nº 349, que é uma homenagem aos integrantes da carreira de apoio às atividades da Polícia Civil, que será homenageada no dia 30.

Deputado Leonardo Prudente, V.Exa. continua um cidadão lhano e é por isso que V.Exa. ostenta essa cadeira.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Milton Barbosa, obrigado.

Esta Presidência inclui a Moção nº 349 na Ordem do Dia.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 349, de 2009, de autoria do Deputado Milton Barbosa, que “manifesta votos de louvor e parabeniza, pelos relevantes serviços prestados à Carreira de Apoio às Atividades Policiais Cíveis do Distrito federal, as pessoas que menciona”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Os Deputados que aprovam a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A moção está aprovada com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que votemos, em segundo turno, o Projeto nº 1.087, que foi votado hoje em primeiro turno. Se votarmos esse projeto hoje, em 2º turno, haverá o encaixe com o que já tínhamos votado em Samambaia e seria mais um assunto liquidado, já que temos uma pauta extensa até terça-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Eurides Brito, esta Presidência fará uma consulta aos Líderes e, se não houver objeção, acatará a solicitação de V.Exa. Antes disso, houve itens extrapauta que foram solicitados pelos Deputados e que ainda não foram incluídos na Ordem do Dia. Então, haverá a inclusão desses projetos na pauta. Temos um projeto, em segundo turno, que é de nossa autoria e que foi votado ontem em primeiro turno. Dessa forma, todos esses projetos serão incluídos na pauta e, depois, transferiremos toda a pauta para a sessão extraordinária.

Será feita a leitura do próximo item da pauta e, em seguida, encerraremos a sessão. Isso, se houver anuência dos Deputados. Depois, abriremos sessão extraordinária, votaremos os projetos em segundo turno, votaremos os PDLs e transportaremos toda a pauta de votação para a sessão extraordinária.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a questão é exatamente a respeito da transposição dos PDLs que foram solicitados ontem e também aquela inclusão, na pauta da extraordinária, daquele projeto do transporte que já foi acordado.

Foi acordada ontem, pelo Colégio de Líderes, aquela questão da revogação da lei, cujo texto já foi preparado pela bancada do PT e também pela nossa, revogando a questão daquele cartel do transporte escolar privado.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.287, de 2009, de autoria do Deputado Leonardo Prudente e do Deputado Paulo Tadeu, que “dispõe sobre o comércio dos artigos de conveniência e prestação de serviços de utilidade pública em farmácias e drogarias, no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.287, de 2009, de autoria do Deputado Leonardo Prudente e do Deputado Paulo Tadeu, que “dispõe sobre o comércio dos artigos de conveniência e prestação de serviços de utilidade pública em farmácias e drogarias, no âmbito do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei Complementar nº 30, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “desafeta bem público de uso comum do povo na Região Administrativa de Samambaia – RA XII e dá outras providências”.

(Assume a Presidência o Deputado Leonardo Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	44



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 24/6/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☐ 1º TURNO ☒ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☒ REDAÇÃO FINAL EM 24/6/2009

☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ EMENDAS AP. NºS _____ ☐ EMENDAS REJ. NºS _____

☐ CCJ ☐ CEOP ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____

☒ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 30/07

☐ PROJETO DE LEI Nº(S) _____

☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____

☐ RECURSO Nº (S) _____

☐ REQUERIMENTO Nº (S) _____

☐ OUTROS _____

☐ VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO _____

Autor: Deputado(a): _____

☒ Executivo

Relator: Deputado(a): _____

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN				/	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	/				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	/				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	/				
	BISPO RENATO	PR	/				
	BRUNELLI	DEM	/				
	CABO PATRÍCIO	PT				/	
	CHICO LEITE	PT				/	
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	/				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB	/				
	DOUTOR CHARLES	PTB	/				
	ÉRIKA KOKAY	PT	/				
	EURIDES BRITO	PMDB	/				
	GERALDO NAVES	DEM	/				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	/				
	MILTON BARBOSA	PSDB	/				
	PAULO TADEU	PT				/	
	RAAD MASSOUH	DEM	/				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	/				
	REGUFFE	PDT	/				
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	/				
	RÔNEY NEMER	PMDB	/				
	WILSON LIMA	PR	/				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	/				
	TOTAL	---	20			4	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETARIO DEP. Wilson Lima

CONSOLIDADO POR 1384

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ PCO Nº 30/07

FOLHA Nº 18



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 30, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “desafeta bem público de uso comum do povo na Região Administrativa de Samambaia – RA XII e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, solicito que seja apreciado, neste momento, o Projeto de Lei Complementar nº 62, de 2003, que foi solicitado pela Deputada Jaqueline Roriz e também pela SEDUMA e pelo IBRAM, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 62, de 2003, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “regulamenta o art. 279, incisos I, III, IV, XIV, XVI, XIX, XXI e XXII e o art. 281, da Lei Orgânica do Distrito Federal, instituindo o Sistema Distrital de Unidade de Conservação da Natureza, e dá outras providências”.

Solicito à Relatora, Deputada Jaqueline Roriz, que emita parecer pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 62, de 2003, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “regulamenta o art. 279, incisos I, III, IV, XIV, XVI, XIX, XXI e XXII e o art. 281, da Lei Orgânica do Distrito Federal, instituindo o Sistema Distrital de Unidade de Conservação da Natureza”.

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, somos pela aprovação, na forma do substitutivo que ora é apresentado.

É o parecer, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 62, de 2003, que “regulamenta o art. 279, incisos I, III, IV, XIV, XVI, XIX, XXI, XXII e o art. 281 da Lei Orgânica do Distrito Federal, instituindo o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza”.

Nós somos pela admissibilidade do projeto no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, acatando o substitutivo ao projeto.

É esse o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 62, de 2003. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	48



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA: 24/06/2009

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM ☒ 1º TURNO ☐ 2º TURNO ☐ TURNO ÚNICO

☐ REDAÇÃO FINAL EM / / 2009

☐ PARECER ☐ ORAL ☐ REJEIÇÃO PROJETO ☐ FAVORÁVEL PROJETO ☐ COM EMENDA(S) ☐ ANEXO

☐ EMENDAS AP. NºS ☐ EMENDAS REJ. NºS

☐ CCJ ☐ CEOF ☐ CAS ☐ CDDHCEDP ☐ CAF ☐ CDC ☐ CES ☐ CSEG ☐ CDESCMAT ☐ M.DIR. ☐ COM.ESP.

☐ PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S)

☒ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 62/03

☐ PROJETO DE LEI Nº(S)

☐ PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S)

☐ PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S)

☐ RECURSO Nº (S)

☐ REQUERIMENTO Nº (S)

☐ OUTROS

☐ VOTO EM SEPARADO ☐ FAVORÁVEL ☐ CONTRÁRIO

Autor: Deputado(a): ELIANA PEDROSA

☐ Executivo

Relator: Deputado(a):

P/S	NOME DO DEPUTADO(A)	PART	SIM	NÃO	ABST	AUS	DV
	AYLTON GOMES	PMN				X	
	BATISTA DAS COOPERATIVAS	PRP	X				
	BENEDITO DOMINGOS	PP	X				
	BENÍCIO TAVARES	PMDB	X				
	BISPO RENATO	PR	X				
	BRUNELLI	DEM	X				
	CABO PATRÍCIO	PT				X	
	CHICO LEITE	PT	X				
	CLÁUDIO ABRANTES	PPS	X				
	CRISTIANO ARAÚJO	PTB				X	
	DOUTOR CHARLES	PTB				X	
	ÉRIKA KOKAY	PT				X	
	EURIDES BRITO	PMDB	X				
	GERALDO NAVES	DEM	X				
	JAQUELINE RORIZ	PSDB	X				
	MILTON BARBOSA	PSDB	X				
	PAULO TADEU	PT				X	
	RAAD MASSOUH	DEM	X				
	RAIMUNDO RIBEIRO	PSL	X				
	REGUFFE	PDT			X		
	ROGÉRIO ULYSSES	PSB	X				
	RÔNEY NEMER	PMDB	X				
	WILSON LIMA	PR	X				
	LEONARDO PRUDENTE	DEM	X				
	TOTAL	---	17		01	06	

*P/S- PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/PLC Nº 62, 12003

FOLHA Nº 101 LMS



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 2 abstenções. Houve 6 ausências.

O Projeto de Lei Complementar nº 62, de 2003 está aprovado.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, fizemos uma avaliação com a nossa Liderança do PT e a indicação da Liderança é para que nos manifestemos favoravelmente ao projeto, de maneira que, se V.Exa. me permitir, eu, seguindo a orientação da Liderança do PT, quero votar favoravelmente ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a sua solicitação.

Então é o seguinte o resultado da votação: 17 votos favoráveis e 1 abstenção. Houve 6 ausências.

O Projeto de Lei Complementar nº 62, de 2003, está aprovado em primeiro turno.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.145, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “dispõe sobre a exibição de campanhas educativas sobre preservação do meio ambiente nas sessões de cinema, no âmbito do Distrito Federal, na forma que especifica”.

A Presidência designa o Deputado Geraldo Naves para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Geraldo Naves, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.145, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “dispõe sobre a exibição de campanhas educativas sobre preservação do meio ambiente nas sessões de cinema, no âmbito do Distrito Federal, na forma que especifica”.

No âmbito da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, somos favoráveis ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, acuso a presença do Deputado Cabo Patrício, que disse que vai ficar conosco aqui até as 21h.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 118-Suplemento, de 03/07/2009, juntamente com a ata sucinta da 57ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.145, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “dispõe sobre a exibição de campanhas educativas sobre preservação do meio ambiente nas sessões de cinema no âmbito do Distrito Federal, na forma que especifica”.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto, tendo em vista que a matéria é do interesse do Distrito Federal, bem como é matéria relativa à relação de consumo. Está, portanto, de acordo com as prerrogativas desta Casa, e não há nenhum vício de iniciativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 34:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.266, de 2009, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde”.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria dizer o seguinte: esse projeto é de uma importância fundamental. Eu desejo que esse projeto chegue a seu final – tramitação, sanção – para que possamos comemorar a justiça dele. Repito: espero que ele tramite até o final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Na ausência do Relator, Deputado Geraldo Naves, solicito à Deputada Jaqueline Roriz que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 1.266, de 2009, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que “dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde”.

A proposta dispõe sobre o tratamento e disposição final dos resíduos dos serviços de saúde do Distrito Federal e aplica-se aos serviços de atendimento à saúde humana ou animal domiciliar ou de campo, aos laboratórios de produtos para a saúde, necrotérios e funerárias que realizem atividades de embalsamento, medicina legal, drogaria, farmácias, indústrias farmacêuticas, estabelecimentos de ensino e pesquisa, entre outros.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

No seu conteúdo, o autor faz a conceituação geral dos resíduos e trata do licenciamento e gerenciamento no serviço e sua identificação, coleta, transporte, tratamento, penalidades e suas disposições finais.

A Comissão é favorável ao projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.266, de 2009, de autoria do Deputado Cabo Patrício, que "dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos de serviços de saúde."

Sr. Presidente, essa é uma matéria de interesse no âmbito do Distrito Federal; portanto, dentro das prerrogativas desta Casa. No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.266, de 2009.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria apenas lembrar que todos somos brasileiros, e o sangue brasileiro, todo vez que o Brasil joga, esquenta. Mas eu queria pedir a todos os colegas que amanhã possamos compatibilizar o nosso ardor brasileiro de torcida com a nossa presença na Casa para votar, uma vez que só teremos duas sessões até



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	53

terminar o período legislativo deste semestre. Só teremos a sessão de amanhã e a sessão da próxima terça-feira. E seria inviável votarmos toda a pauta que já foi acordada: são 14 projetos mais os projetos dos Parlamentares. Então, nós precisaríamos da sessão de amanhã e da sessão da próxima terça-feira, e sei que poderei contar com todos os colegas.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ainda na esteira do que a Deputada Eurides Brito falou, acho que não há problema amanhã no jogo, porque os Estados Unidos embucharam a Espanha por 2 a 0. Amanhã é correr para o abraço, eu tenho impressão. Vamos votar.

DEPUTADO GERALDO NAVES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço coro com a Deputada Eurides Brito, pela liderança do Democratas, e garanto a permanência, com certeza, de todos os Deputados do Democratas amanhã na votação para fazer jus. Lembro a todos que hoje à noite, evidentemente, a partir de 21h50min, o Cruzeiro jogará e o Brasil, com certeza, é Cruzeiro no dia de hoje!

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu só queria ter acesso a esse cipoal de projetos que serão votados amanhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A quais projetos?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Aos projetos do Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está certo. Deputada Eurides Brito, o Deputado Milton Barbosa tem uma questão para fazer à senhora.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.266 de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do substitutivo aos Projetos de Lei nº 842, de 2008; nº 916, de 2008; e nº 1.291, de 2009, de autoria dos Deputados Bispo Renato, Wilson Lima e Eliana Pedrosa que “acrescenta os artigos 141-A e 141-B à lei nº 2.105, de 08 de outubro de 1998, que ‘dispõe sobre o código de edificações do Distrito Federal e dispõe sobre a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar nas novas edificações do Distrito Federal’”.

Esclareço que foi apresentado o Requerimento nº 1.650, que solicita o apensamento dos Projetos de Lei nº 842, de 2008; nº 916, de 2008; e nº 1.291, de 2009, o qual esta Presidência acata.

A Presidência designa o Deputado Geraldo Naves para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Geraldo Naves, que emita parecer pela Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo.

(Assume a Presidência o Deputado Cabo Patrício.)

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao substitutivo aos Projetos de Lei nº 842, de 2008; nº 916, de 2008; e nº 1.291, de 2009, de autoria dos Deputados Bispo Renato, Wilson Lima e Eliana Pedrosa que “acrescenta os artigos 141-A e 141-B à lei nº 2.105, de 08 de outubro de 1998, que ‘dispõe sobre o código de edificações do Distrito Federal e dispõe sobre a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar nas novas edificações do Distrito Federal’”.

Sr. Presidente, são 3 projetos apensados: Projetos de Lei nº 842, de 2008; nº 916, de 2008; e nº 1.291, de 2009. Esta Comissão acata os 3, na forma do substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	55

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Cristiano Araújo pede que a pauta seja invertida para se colocar em votação o item nº 38, relativo ao Projeto de Lei nº 437, de 2007, de sua autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) – Acato a solicitação de V.Exa. Será colocado em apreciação.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo aos Projetos de Lei nº 842, de 2008; nº 916, de 2008; e nº 1.291, de 2009, de autoria dos Deputados Bispo Renato, Wilson Lima e Eliana Pedrosa que “acrescenta os artigos 141-A e 141-B à lei nº 2.105, de 08 de outubro de 1998, que dispõe sobre o código de edificações do Distrito Federal e dispõe sobre a instalação de sistema de aquecimento de água por energia solar nas novas edificações do Distrito Federal”.

Conforme deliberado por esta Presidência, tramitam conjuntamente o Projeto de Lei nº 1.291, de 2009, o Projeto de Lei nº 916, de 2008, e o Projeto de Lei nº 842, de 2008.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, na forma do substitutivo, decidimos pela admissibilidade dos projetos. É esse o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DEPUTADO CABO PATRÍCIO) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 118-Suplemento, de 03/07/2009, juntamente com a ata sucinta da 57ª Sessão Ordinária.)

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Pergunto se há algum Deputado que não teve nenhum projeto de sua autoria votado em primeiro turno, no dia de ontem ou de hoje. (Pausa.)

Passaremos à apreciação dos projetos de decreto legislativo que foram solicitados. Vamos apreciar, agora, todos os projetos de decreto legislativo que estão na pauta e os extrapauta.

Peço à assessoria da Mesa para nos ajudar na condução dos trabalhos relativos a essa apreciação.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ainda não tive nenhum projeto apreciado neste período.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – V.Exa. está com o projeto?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Vou apresentá-los amanhã, Sr. Presidente. Eu gostaria que pudessem ser apreciados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Peço à assessoria da Mesa para fazer a inclusão deles na pauta de amanhã, para serem apreciados como primeiro item de pauta.

Deputada Erika Kokay, solicito que V.Exa. faça a indicação à assessoria da Mesa, para que eles possam proceder à inclusão.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Está ótimo. Obrigada, Sr. Presidente.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, também não tive nenhum projeto meu apreciado. A minha assessoria já providenciou a entrega. Eu gostaria que ficasse, amanhã, como segundo item de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa., como segundo item de pauta.

DEPUTADO BRUNELLI - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como acordado e assinado por todos os Deputados presentes, estamos com o Projeto de Lei nº 1.292, de 2009, que revoga as disposições que estão no presente projeto. Eu gostaria que V.Exa. o incluísse na pauta e também o colocasse em apreciação imediata.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Incluo-o como item extrapauta na Ordem do Dia.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, desejo apenas afirmar, tornar público, que esse projeto é fruto de um acordo feito na votação de ontem do Passe Livre. Como um Deputado queria apresentar uma emenda que iria, sobremaneira, dificultar a apreciação do Passe Livre, que tinha urgência — a urgência da necessidade —, fizemos um acordo para apreciá-lo no dia de hoje. O projeto foi construído coletivamente. Portanto, o Partido dos Trabalhadores assina o projeto e está absolutamente de acordo com que possamos fazer essa apreciação ainda no dia de hoje.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.292, de 2009, de autoria de vários Deputados, que dispõe que “ficam revogadas as disposições que menciona”.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.292, de 2009, de autoria de vários Deputados, que dispõe que “ficam revogadas as disposições que menciona”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

Sr. Presidente, fizemos um exame minucioso, inclusive com a bancada do PT, e a CAS não encontrou nenhum óbice à aprovação do Projeto de Lei nº 1.292, de 2009. O parecer da Comissão de Assuntos Sociais é pela sua admissibilidade.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Brunelli para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Brunelli, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.292, de 2009, de autoria de vários Deputados, que dispõe que “ficam revogadas as disposições que menciona”.

Sr. Presidente, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei Orçamentária e o PPA, o Projeto de Lei nº 1.292, de 2009, está em conformidade com o ordenamento jurídico. Nosso parecer é pela sua aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.292, de 2009, de autoria de vários Deputados, que dispõe que “ficam revogadas as disposições que menciona”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade da matéria por não haver, no projeto, nenhum vício de iniciativa ou algo que fira as prerrogativas desta Casa.

Somos, portanto, pela admissibilidade da matéria.

É o parecer, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.292, de 2009, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 70, de 2009, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a publicidade no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal visando a estimular a doação de sangue”.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) - A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Mesa Diretora sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Mesa Diretora ao Projeto de Resolução nº 70, de 2009, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a publicidade no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal visando a estimular a doação de sangue”.

Após discussão exaustiva a respeito do projeto com o autor e com os demais membros da Mesa Diretora, nosso parecer é pela admissibilidade da matéria.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Em discussão o parecer da Mesa Diretora. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 70, de 2009, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “dispõe sobre a publicidade no âmbito da Câmara Legislativa do Distrito Federal visando a estimular a doação de sangue”.

O projeto, além de ser meritório, não encontra nenhum óbice com relação à regimentalidade e a constitucionalidade.

Somos, portanto, pela admissibilidade do projeto de resolução em discussão.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Resolução nº 70, de 2009.
(Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Sr. Carlos Alberto da Silva".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Teodoro Rodrigues Pereira".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. João Carlos Couto Lóssio Filho".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Luiz Antônio Bezerra".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. José Augusto Ferreira de Lima".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Pedro Fragoso da Silva".



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Gedíael Cordeiro Leite”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2009, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Fausto Rodrigues de Lima”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2009, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “concede Título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Gláucia Falsarella Pereira Foley”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2009, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “concede Título de Cidadã Honorária de Brasília à Sra. Maria da Penha Maia Fernandes”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2009, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Fernando César de Moreira Mesquita”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre João Medeiros de Souza”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre José Ailton Teodoro”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre José Carlos Silva de Andrade”.

Item extrapauta:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre José Luiz Fontinelli Portela”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Wasny de Roure”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Rubens Alves Gomes”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “concede Título de Cidadã Benemerita de Brasília à Senhora Maria de Fátima Cabral Barboza”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Jair Meneguelli”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2008, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Bispo Vitor Paulo Araújo dos Santos”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 679, de 2006, de autoria Deputada Eliana Pedrosa, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Roberto Eduardo Ventura Giffoni”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2006, de autoria Deputada Eliana Pedrosa, que “concede Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Coraci Lopes da Silva”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2009, de autoria Deputado Rôney Nemer, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. George Hideyuki Kuroki”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	64

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2009, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília *Pos Mortem* ao Sr. João Ribeiro de Oliveira e Souza”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2009, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Sílvio Linhares da Costa”.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre as matérias.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as matérias.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais aos Projetos de Decreto Legislativo nºs: 318, de 2009; 319, de 2009; 320, de 2009; 321, de 2009; 322, de 2009; 323, de 2009; 326, de 2009; 290, de 2009; 306, de 2009; 307, de 2009 e 312, de 2009.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela admissibilidade dos referidos projetos.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Item nº 43:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2009, de autoria Deputado Wilson Lima, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Thales José de Campos”.

A Presidência designa o Deputado Milton Barbosa para emitir parecer sobre a matéria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	65

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2009, de autoria do Deputado Wilson Lima, que "concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Thales José de Campos".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela admissibilidade do referido projeto, até porque o Deputado Wilson Lima sabe dos predicados da pessoa que S.Exa. procura homenagear.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CAS está aprovado com a presença de 16 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa o Deputado Rogério Ulysses para emitir parecer sobre as matérias.

Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as matérias.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça aos Projetos de Decreto Legislativo nºs: 335, de 2009; 318, de 2009; 319, de 2009; 320, de 2009; 321, de 2009; 322, de 2009; 323, de 2009; 326, de 2009; 290, de 2009; 306, de 2009; 307, de 2009; 312, de 2009; 146, de 2008; 147, de 2008; 148, de 2008; 149, de 2008; 223, de 2008; 259, de 2008; 260, de 2008; 311, de 2009; 265, de 2009; 204, de 2008; 679, de 2009; 687, de 2009.

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade dos projetos.

Esse é o parecer no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

(Assume a Presidência a Deputada Eurides Brito.)

PRESIDENTE (DEPUTADA EURIDES BRITO) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	66

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão os PDLs em turno único.

Em discussão em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados com a presença de 14 Deputados. Houve um voto contrário do Deputado Reguffe.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO EURIDES BRITO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação das redações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADA EURIDES BRITO) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação das matérias.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 318, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o Título de Cidadão Benemérito de Brasília ao Senhor Carlos Alberto da Silva".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Teodoro Rodrigues Pereira".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor João Carlos Couto Lóssio Filho".

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que "concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Luiz Antônio Bezerra".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor José Augusto Ferreira de Lima”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Pedro Fragoso da Silva”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2009, de autoria do Deputado Brunelli, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Gedíael Cordeiro Leite”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2009, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Fausto Rodrigues de Lima”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2009, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília à Sra. Gláucia Falsarella Pereira Foley”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2009, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “concede o Título de Cidadã Honorário de Brasília à Sra. Maria da Penha Maia Fernandes”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2009, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Fernando César de Moreira Mesquita”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 146, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre João Medeiros de Souza”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre José Ailton Teodoro”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 148, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre José Carlos Silva de Andrade”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 149, de 2008, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Padre José Luiz Fontinelli Portela”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Wasny de Roure”.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Rubens Alves Gomes”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 260, de 2008, de autoria do Deputado Wilson Lima, que “concede o Título de Cidadã Benemerita de Brasília à Senhora Maria de Fátima Cabral Barboza”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que “concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Jair Meneguelli”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2008, de autoria do Deputado Bispo Renato, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Bispo Vitor Paulo Araújo dos Santos”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 679, de 2006, de autoria Deputada Eliana Pedrosa, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Roberto Eduardo Ventura Giffoni”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2006, de autoria Deputada Eliana Pedrosa, que “concede Título de Cidadã Honorária de Brasília à Senhora Coraci Lopes da Silva”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2009, de autoria Deputado Rôney Nemer, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor George Hideyuki Kuroki”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2009, de autoria Deputado Rôney Nemer, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília *Pos Mortem* ao Senhor João Ribeiro de Oliveira e Souza”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 269, de 2009, de autoria da Deputada Eliana Pedrosa, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Sr. Sílvio Linhares da Costa”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2009, de autoria Deputado Wilson Lima, que “concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. Thales José de Campos”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão à promulgação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	69

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO RAAD MASSOUH - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAAD MASSOUH (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. colocasse em votação o Item nº 48, Moção nº 381, de 2009, de desagravo ao Sr. Cláudio Carsughi, que fez declarações ofensivas a nossa cidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 48:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 381, de 2009, de autoria do Deputado Raad Massouh, que “manifesta votos de repúdio ao jornalista Claudio Carsughi por suas declarações grosseiras, ignorantes e ofensivas à cidade e à população de Brasília”.

Em discussão em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a moção permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A moção está aprovada com a presença de 14 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.286, de 2009, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “dá o nome de Centro Educacional Dona América Guimarães ao Centro Educacional construído em Arapoanga, na Região Administrativa de Planaltina - RA VI”.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – A Presidência designa o Deputado Wilson Lima para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.286, de 2009, de autoria da Deputada Eurides Brito, que “dá o nome de Centro Educacional Dona América Guimarães ao Centro Educacional construído em Arapoanga, na Região Administrativa de Planaltina - RA VI”.

Nós consideramos que este projeto é de grande importância e relevância, portanto, somos favoráveis à aprovação do projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	70

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para discutir. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, é só para assinalar que existe uma lei — embora seja muito justo o projeto — que estabelece um ritual a ser obedecido para dar nomes de pessoas a logradouros públicos, no caso aqui o colégio. Esse ritual não consta aqui. Há uma série de procedimentos a serem adotados, como, por exemplo, ouvir a população.

Deputado Wilson Lima, não é sanção. Por volta das 16 horas, eu falei sobre o descumprimento de uma lei pelo Presidente do BRB. Há um ritual todo especial. É justo! A colocação do nome é justa, mas a lei que nós fizemos aqui tem um ritual. Nós estamos nos “batendo” aqui por falta de cumprimento de lei e nós estamos desobedecendo.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Deputado Milton Barbosa, o que não pode acontecer é a Casa trabalhar com pesos e medidas diferentes. Neste ano, a Casa votou um projeto que dava o nome do diretor que foi assassinado na Escola do Lago Oeste, e ele foi aprovado por todo este Plenário. Eu sugiro agora o nome de uma escola em homenagem à primeira educadora da cidade de Planaltina.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Não se tira, Deputada Eurides Brito, com sua licença, a justiça do projeto, não. O que eu estou dizendo é que, aprovando o projeto de autoria da Deputada Erika Kokay que com muita justiça deu o nome daquele professor que foi assassinado, aprovando esse projeto agora e reprovando o nome de Rei Pelé que já foi dado à Vila Olímpica de Samambaia — nome dado pelo Governador e ninguém será contra —, nós estamos desobedecendo a uma lei votada aqui e sancionada pelo Governador. Todas as vezes que nós fizermos isso agora, amanhã ou depois, estaremos desrespeitando a lei que votamos aqui.

É isso o que eu quero dizer. Então, nós não podemos reclamar de ninguém, nem do Presidente do BRB que está desobedecendo uma lei, se nós também estamos desobedecendo uma lei aqui.

Deputado Brunelli, por favor. Nós estamos dizendo que as instituições públicas e que o Governo estão desobedecendo a nossa lei. Eu diria até que o Coronel Disney...

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Sem revisão do orador.) – Sobre o que trata sua lei, Deputado Milton Barbosa?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

DEPUTADO MILTON BARBOSA – A lei manda os bancos — e o BRB deveria ser o primeiro — instalarem caixas eletrônicos em *Braille*.

DEPUTADO BRUNELLI – Pelo amor de Deus, Deputado Milton Barbosa, não é isso, não. Nós estamos aqui falando de nomes, nomenclaturas.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Nomes? V.Exa. não está ligado ao problema.

DEPUTADO BRUNELLI – Eu estou ligado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Não está, não.

DEPUTADO BRUNELLI – V.Exa. está debatendo com a Deputada Eurides Brito.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – V.Exa. não está. V.Exa. votou favoravelmente a uma lei de minha autoria, na Comissão de Constituição e Justiça, estabelecendo procedimentos para se dar nomes de pessoas — e não pode ser de pessoas vivas — a logradouros públicos.

DEPUTADO BRUNELLI – Esta é uma lei federal, Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Existe uma lei federal e existe outra daqui...

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) - Deputado Milton Barbosa, era essa a observação de V.Exa?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Era essa a minha observação, Sr. Presidente. Eu desafio quem quer que seja — V.Exa. ou qualquer outro Deputado — a dizer que nós não estamos desobedecendo à lei que foi votada aqui. A partir de agora, ninguém tem estatura parlamentar para pedir execução de lei a ninguém.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) - Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou aproveitar e pegar um “gancho” no discurso do Deputado Milton Barbosa, pois S.Exa. foi muito afirmativo na sua questão, Deputada Eurides Brito. Se foi aprovada uma lei revogando disposições em contrário, no meu entendimento, Deputado Milton Barbosa, a lei de V.Exa. foi revogada.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO BRUNELLI – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Deputado Brunelli, V.Exa. está usando o princípio da especialidade que aprendeu na faculdade, como eu aprendi também, de forma caolha. Não é esse o entendimento. Revogação de disposições em contrário não quer dizer, necessariamente, que se revoga uma lei, não. Aquela, sim, é especial. A lei anterior e não esta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24 06 2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

DEPUTADO BRUNELLI – Deputado Milton Barbosa, não se pode tirar o mérito da criatividade administrativa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Em absoluto. Não ponha palavras em minha boca. Eu exaltei o mérito do projeto.

DEPUTADO BRUNELLI – Claro. Está claro.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Fiz a observação de que esta Casa precisa respeitar as leis que ela baixa, que ela aprova. Está aqui a lei que V.Exa. votou favoravelmente na Comissão de Assuntos Sociais.

DEPUTADO BRUNELLI – Votei, Deputado Milton Barbosa. E todos os projetos que V.Exa. colocar em plenário eu votarei.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Deputado Brunelli, eu respeito a opinião de V.Exa., vou defendê-la até a morte. Mas não concordo com ela. Está errado. Nós estamos errados e não podemos exigir de ninguém o cumprimento de lei se nós fizermos isso. A lei está aqui, é só lê-la.

Muito obrigado.

DEPUTADO BRUNELLI – Deputado Milton Barbosa, agradeço o aparte de V.Exa. Quero dizer que V.Exa. está certo em lutar pelo seu pensamento, pois é um pensamento veemente nessa questão, mas o meu entendimento é que, a partir do momento em que eu votei uma lei específica, a lei é muito clara: “Revogam-se as disposições em contrário”. E foi revogado. Se algum impedimento havia para que a lei fosse aprovada, todas as demais leis da Casa nesse sentido específico...

Deputado Milton Barbosa, não estou dizendo que tenho a razão ou que sou dono da verdade, pelo contrário. Pode haver até uma demanda à Mesa Diretora para enviar esse estudo à Procuradoria da Casa, se houver outro entendimento. Mas entendo dessa forma.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO) – Continua em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.286, de 2009. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)



Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
24	06	2009	15h45min	57ª SESSÃO ORDINÁRIA	73

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Solicito ao Relator, Deputado Rogério Ulysses, que emita parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.286, de 2009, de autoria da Deputada Eurides Brito, que "dá o nome de Centro Educacional Dona América Guimarães ao centro educacional construído em Arapoanga, na Região Administrativa de Planaltina – RA VI".

Apesar do caloroso debate que tivemos na comissão de mérito, Comissão de Assuntos Sociais, no ambiente da Comissão de Constituição e Justiça o nosso parecer é pela admissibilidade do projeto em fomento.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h03min.)